

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2

Francisca Júlia Camargo Dresch
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Francisca Júlia Camargo Dresch
(Organizadora)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
2 [recurso eletrônico] / Organizadora Francisca Júlia Camargo
Dresch. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Impactos
das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v.2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-75-8
DOI 10.22533/at.ed.758180511

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I. Dresch, Francisca Júlia Camargo. II. Título.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Me coube a apresentação deste exemplar cuja tarefa é a de estabelecer uma linha de raciocínio dos textos que aqui constituem os 25 capítulos desta obra. Após a leitura cuidadosa dos artigos submetidos, procurei conexões entre os contextos e as dimensões que poderiam sequenciar as discussões – trouxe a reflexão Sociológica que definem a vida humana na Terra através da produção de bens e serviços, refletidas na organização social, econômica, política, histórica, educacional, ambiental, cultural expressas pelas relações biopsicossociais do humano em seus ambientes.

Deste modo, poderíamos interrogar se nascemos ou nos tornamos humanos? A pergunta nos remete primeiramente a reflexão filosófica – em que momento inicia a vida sabendo que dependerá da abordagem selecionada, não há uma definição única que seja capaz de defini-la assertivamente. Podemos tentar explicar pela Religião, pelo Direito, e/ou pelas Correntes Filosóficas. Então, simplificamos vida é o oposto da morte, resulta do movimento contraditório que repousa na certeza de que vivendo estamos nos aproximando da morte. E para as ciências sociais, nascemos biologicamente humanos e nos tornamos humanos ao viver em sociedades e, nelas aprendemos agir moral e eticamente.

O desenvolvimento tecnológico atual nos situa na Era da Informática e das Comunicações. Tais características têm possibilitado registros inovadores na história humana. Nos interessa pontuar que o paradigma Neoliberal empregado para o permanente crescimento econômico que estabelece os padrões de consumo é o mesmo identificado no esgotamento dos recursos naturais, especialmente ao refletir o distanciamento entre *“os que acumulam, dos que nada possuem”*. Ora se o Planeta dá sinais de esgotamento e se as relações sociais apontam para a exploração sem precedentes, nos parece lógico também pensar na responsabilidade social como alternativa de sustentabilidade entre o educar para produzir e o papel das tecnologias para desenvolver a cidadania.

Portanto a obra Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2, defende que a vida é patrimônio a ser preservado. Reúne debates acerca de pesquisas empregadas nas organizações produtivas a partir das políticas que permeiam processos de ensino e aprendizagem das instituições sociais. A cada autor, nossos agradecimentos a submissão de seus estudos na Editora Atena. Aos leitores, desejo proveitosa reflexão na trajetória apresentada

Francisca Júlia Camargo Dresch

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VANTAGEM COMPETITIVA EMPRESARIAL PELO USO DE SACOS DE PÃES ECOLÓGICOS POR PANIFICADORAS DE QUIXADÁ – CE.	
José Cazuza Lopes Neto Valter de Souza Pinho Marcos James Chaves Bessa Sérgio Horta Mattos Danielle Rabelo Costa	
CAPÍTULO 2	10
A GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	
Anaítes Maria de Moraes Silva Jaíra Maria Alcobaça Gomes	
CAPÍTULO 3	28
A GESTÃO DE COMUNICAÇÃO <i>OMNICHANNEL</i> À PARTIR DOS EFEITOS DA TECNOLOGIA NUMA SOCIEDADE PLURAL, INOVADORA E PARTICIPATIVA.	
Ligia Fagundes	
CAPÍTULO 4	42
ANÁLISE DA PAISAGEM RURAL DO MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR: A EMPRESA BSBIOS COMO AGENTE INDUTOR DA PAISAGEM	
Isadora Pinheiro Lucas César Frediani Sant’ana	
CAPÍTULO 5	57
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A GESTÃO E O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	
Tassiana Justino Fernandes Maria das Graças de Lima	
CAPÍTULO 6	72
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, SOB O OLHAR DOS ACADÊMICOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS.	
Eudes Cristiano Vargas Larissa Siqueira Camargo Sandra de Cássia Franchini Leticia Grazielle Roque Adriano Pereira Cardoso Dênis Martins de Oliveira	
CAPÍTULO 7	87
A EXPANSÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM SALVADOR-BA: IMPACTOS PARA DISCENTES E DOCENTES	
Adriana Freire Pereira Férriz, Taís Ana de Oliveira, Thainan de Albuquerque e Santos,	

CAPÍTULO 8	103
A COLETIVIDADE DOCENTE NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Paulo Vitor Teodoro de Souza Hélder Eterno da Silveira Iara Maria Mora Longhini	
CAPÍTULO 9	116
O CONTEXTO VIOLENTO DO ESTADO CAPITALISTA E O BULLYING	
Giovanna Back	
CAPÍTULO 10	129
O USO DOS PRINCÍPIOS DO DESIGN DE INTERIORES NA HUMANIZAÇÃO DA CASA DE APOIO	
Rubia Maiara Silva Marcon Larissa Siqueira Camargo	
CAPÍTULO 11	141
TEORIAS DE APRENDIZAGEM DE SEGUNDA LÍNGUA: UMA ANÁLISE CRÍTICA	
Laysa Cristina de Oliveira	
CAPÍTULO 12	153
USO DO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM	
Ernane Rosa Martins Wendell Bento Geraldes Ulisses Rodrigues Afonseca Luís Manuel Borges Gouveia	
CAPÍTULO 13	160
O USO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Juliana Santos Alves Paulo Sergio Machado Leila Maria Araújo Santos	
CAPÍTULO 14	168
TECNOLOGIAS MÓVEIS EM CONTEXTO EDUCATIVO	
Ernane Rosa Martins Wendell Bento Geraldes Ulisses Rodrigues Afonseca Luís Manuel Borges Gouveia	
CAPÍTULO 15	178
EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS EM ADULTOS JOVENS NO NOROESTE PARANAENSE	
Willian Augusto de Melo Maria Antonia Ramos Costa Neide Derenzo Verusca Soares de Souza Maria Dalva de Barros Carvalho	

CAPÍTULO 16	188
BIPOLARIDADE ESTADISTA-IDEOLÓGICA: ELIZABETH I E PONTIFICADO	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
CAPÍTULO 17	195
CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONVENÇÃO JACOBINA NA REVOLUÇÃO FRANCESA	
William Geovane Carlos	
CAPÍTULO 18	205
ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DO CONSUMO MEDIADO POR DISPOSITIVOS DIGITAIS NO MARKETING DE RELACIONAMENTO	
Guaracy Carlos da Silveira Fernando Augusto Carvalho Dineli da Cost	
CAPÍTULO 19	218
<i>CHILD OF THE DARK</i> : A PRESENÇA DA MULHER NEGRA NAS LITERATURAS TRADUZIDAS	
Tayza Cristina Nogueira Rossini Letícia Toniete Izeppa Bisconcim Wellington Júnior Jorge	
CAPÍTULO 20	229
INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL: MOTIVADORES E OBSTÁCULOS - UM ESTUDO MULTICASOS	
Vivien Mariane Massaneiro Kaniak	
CAPÍTULO 21	240
ANÁLISE DE ATIVIDADES LOGÍSTICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO DO NOROESTE PARANAENSE	
Renan Araújo de Azevedo Daniel Mantovani Aline Takaoka Alves Baptista Leandro Ferreira Pinto Amauri Henrique de Carvalho Júnior	
CAPÍTULO 22	252
O PROGRAMA DE EXCELENCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A SISTEMÁTICA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO ESTRATÉGICO NAS ORGANIZAÇÕES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SARANDI – PR	
Tânia Corredato Periotto Fabiana Azevedo Picanço Tamires Selini Gouveia	
CAPÍTULO 23	259
ESTUDOS DA LITERATURA SOB A VERTENTE DO LETRAMENTO: A LENDA DE RUFF GHANOR E O UNIVERSO MULTIMODAL	
Letícia Toniete Izeppa Bisconcim Tayza Cristina Nogueira Rossini Wellington Júnior Jorge	

CAPÍTULO 24271

ESPORTE, MÍDIA CONTEMPORÂNEA E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM AUXÍLIO DAS REDES SOCIAIS

Bruno Bember Lofiego
Afonso Antônio Machado

CAPÍTULO 25282

A CULINÁRIA UCRANIANA NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ: ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO E A INFLUÊNCIA CULTURAL DAS COMIDAS TÍPICAS

Renan Valério Eduvirgem

SOBRE A ORGANIZADORA.....291

O CONTEXTO VIOLENTO DO ESTADO CAPITALISTA E O BULLYING

Giovanna Back

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel - PR

RESUMO: O sistema de produção capitalista, extremamente injusto e desigual, gera inúmeros conflitos sociais. A contradição é inerente a ele. Para sua propagação depende do Estado capitalista, o qual, a partir de mediações e regulamentações institucionais, garante o controle ideológico e social, perpetuando os conflitos e a conseqüente violência em relação ao semelhante que, no capitalismo, passa a ser apenas um concorrente, perdendo sua humanidade. Esse fenômeno pode ser observado em todos os âmbitos da sociedade contemporânea, mas se analisara nesse artigo, especificamente, a violência no ambiente escolar, também conhecida como Bullying.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Estado. Violência. Bullying.

ABSTRACT: The capitalism production system, extremely unfair and uneven, generates innumerable social conflicts. It's a contradiction inherent to itself. In order to propagate, it depends on the capitalist state that, from institutional mediation and regulation, guarantees ideological and social control, perpetuating conflicts and the consequent violence against their peers,

which on capitalism become only a competitor, and lose their humanity. This phenomenon can be observed at all scope of contemporary society, however will be analyzed in that article, specifically, the violence at school, also known as Bullying.

KEYWORDS: Capitalism. State. Violence. Bullying.

1 | INTRODUÇÃO

O capitalismo, na mesma dinâmica de progresso, traz consigo a decadência, a concentração da riqueza e a pobreza e, acima de tudo, a violência.

Mas, a profunda interferência nas relações sociais só é possível devido à aliança imprescindível entre Estado e capital, em uma simbiose entre o público e o privado.

O Estado, como instituição da sociedade capitalista, realiza os interesses gerais do capital, mediando as relações sociais e perpetuando as contradições inerentes ao sistema, através de seus instrumentos repressivos e institucionalizados.

Somado a isso, órgãos de propaganda de circulação em massa, auxiliam na alienação geral com mitos da necessidade de salvação do sistema, através da universalização de questões particulares.

Resultado disso é a alienação social e o individualismo, sendo o outro ser humano um concorrente a ser aniquilado, ou seja, a violência em grandes proporções, a qual, a longo prazo, poderá ser o fim da humanidade.

Assim sendo, não há dúvida de que os fluxos contraditórios do capitalismo levarão o homem à ruína quando até o próximo passa a ser mercadoria, num modo de produção desumano e que reforça desigualdades.

Inclusive o atual Papa, Jorge Mario Bergolio, mais conhecido como Papa Francisco, alertou recentemente para o perigo do que chamou de “Globalização da Indiferença” pautada no individualismo e no egoísmo, ambos fomentados pelos grupos hegemônicos em busca da alienação social.

Nos termos do autor húngaro, Mészáros, a solução para o futuro está na mudança sistêmica radical em que as categorias (capital, Estado e trabalho) devem se alterar eventualmente a fim de que o capital não subordine às demais.

Para ele, não adiantaria apenas eliminar o Estado, mas superar a relação capital-trabalho no intuito de que hajam alterações totalizadoras e não meramente parciais, pois a crise do sistema é estrutural.

Ou seja, sem o Estado capitalista, o modo de produção capitalista não sobrevive, visto que aquele sustenta este. Com a morte daquele, será possível a igualitária promoção de justiça social.

É importante considerar, nesse contexto, que a violência social se reflete em todos os âmbitos da vida do indivíduo, a exemplo do ambiente escolar.

Desse modo, poder-se-ia dizer que o Bullying (violência escolar) é um reflexo da sociedade capitalista, desigual e injusta, fomentadora do individualismo.

Vive-se na lógica da exclusão, formando sujeitos ideologicamente violentos, reproduzindo a violência institucional de um Estado que promove o capital, não a justiça social, perpétua do a cultura da violência.

Ademais, a estrutura escolar exprime a estrutura social capitalista, enviando a ausência de postura crítica à escola, em relação ao preconceito e à discriminação.

Sujeitos alienados e individualistas são frutos do perverso sistema capitalista, mantido pelo Estado supostamente democrático, e atores da violência corriqueira.

2 | NOÇÕES GERAIS

O homem capitalista, visto a partir de uma visão hobbesiana, nasce egoísta e busca a satisfação de suas necessidades a partir da dominação de seu semelhante.

A fim de evitar a guerra de todos contra todos, nessa tentativa de dominação recíproca, cede parte de sua liberdade ao Estado, por intermédio de um Pacto Social. O poder do Estado passa a ser justificado para manutenção da paz social.

O Estado, através de suas instituições, busca, na realidade, preservar a totalidade do sistema construído pela burguesia por meio da regulação das relações sociais

e econômicas (através da lei) e do uso exclusivo do poder da violência (coerção e imposição).

Com o fracasso do comunismo, no início dos anos 1990, prosperou a hegemonia mundial das leis de livre mercado e a importância do papel do Estado em uma sociedade liberal democrática, não sem muitas divergências entre os integrantes da classe dominante.

Nesse contexto, foi possível observar a presença do Estado em diversas áreas da vida nacional, como seguridade social, regulamentação de setores produtivos, preservação ambiental, composição de investimentos, prestação de serviços públicos, estabelecimento de padrões educacionais e profunda desigualdade na distribuição de renda.

Além disso, é visível a busca da instituição de um governo mundial, comandado pelos Estados Unidos, com uma política agressiva de degradação ambiental, massacre dos povos, desvalorização do trabalho, perda de valores da humanidade e da vida social.

Enganam-se aqueles que acreditam que acabou a época dos impérios. Hodiernamente, segundo István Mészáros (2003), vive-se outra fase do imperialismo, o Imperialismo Global Hegemônico, em que os Estados Unidos da América exercem a política de conquista da supremacia internacional, a partir da retórica capitalista, repetida como um mantra pelos poderes hegemônicos, de liberdade para todos.

No final do século XIX e início do século XX, houve a intensificação das competições na arena mundial e a maturação de um sistema capitalista verdadeiramente internacional, tendo os Estados Unidos como centro hegemônico.

Sendo o capitalismo uma atroz forma de produção e o Estado seu gestor e executor, na “era da globalização”, a sociedade passa a ser, cada vez mais, comandada pelos instrumentos do poder hegemônico, desprovidos de ética.

É nesse contexto, sob o predomínio do liberalismo, que a “fábrica capitalista” produz tensões e contradições que produzem e reproduzem a cultura da violência, a exemplo do bonapartismo no século XIX, do Estado Nazista da Alemanha em meados do século XX ou da ideologia funcionalista norte-americana dos direitos humanos (sendo que os Estados Unidos se recusam à submissão ao Direito Internacional, tendo como principal exemplo o Tribunal Penal Internacional, para julgamento de crimes contra a humanidade).

3 | O SISTEMA CAPITALISTA

Trata-se de um sistema de produção econômica e reprodução social baseada na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade comercial, que visa lucro a partir da mais-valia resultante do trabalho e que, em seu auge, tem sido responsável por crises globais.

Procura reter a ordem existente, apesar dos antagonismos de um sistema injusto de produção e de troca, através do controle social metabólico, com auxílio de órgãos de propaganda de circulação em massa e o mito da necessidade geral de “salvar o sistema”.

Para manutenção do sistema, são necessárias a ampla sistematização e a normalização das relações sociais, a partir de um discurso isonômico. “Todos são iguais perante às leis”, “mas devem ser desiguais em relação aos rendimentos, à habitação, à justiça para poderem ter acesso a esses direitos” (FALEIROS, 1980, P. 44) (sendo a defendida universalidade discriminatória).

A partir da deslegitimação de direitos fundamentais, a realidade se torna coisificada, o controle fica mais rígido e o mundo mais áspero, com as relações pessoais mais artificiais e o crescimento da violência. Para combater estas, novas medidas restritivas são implementadas, com maior criminalização das relações sociais, gerando um círculo vicioso.

O modelo capitalista reforça, continuamente, a exclusão, a pauperização e a violação de direitos fundamentais, ou seja, a violência sistêmica, através de duros mecanismos de controle sociais, mitificados na cultura popular como esperanças de uma sociedade melhor, mais justa e mais fraterna.

Como maior colaborador, tem-se o Estado capitalista, superestrutura mediadora por excelência das contradições inerentes ao capitalismo, responsável pela manutenção do funcionamento das instituições e do capitalismo, por meio de regulações, conforme pregava Max Weber.

Estas regulações devem transformar o particular em universal, de modo que todos devem seguir a mesma ideologia, supostamente benéfica à maioria, mas que apenas mantém o sistema pelas classes hegemônicas.

Afinal, a manutenção do sistema garante a manutenção da ordem política e vice-versa, sendo imprescindível a internalização de ideologias, da regulação social e do controle social para garantia da totalidade.

Mesmo que para tanto seja necessário o sacrifício de alguns, haja vista que para a ideologia liberal, é preciso expurgar e expor aqueles que desafiam as leis, como forma de educação dos demais e internalização de ideologias. É o chamado controle social ou ideológico.

É preciso considerar que o sistema capitalista é contraditório por natureza, entretanto os desentendimentos dentro da mesma classe não podem implodi-la. As contradições devem se alinhar, visto que se não o fizerem, a estrutura do sistema rompe, havendo perda do controle e conseqüente alteração da ordem social.

As profundas contradições e os antagonismos do sistema, manifestados na crise estrutural global, são suicidas, tendo gigantesco potencial de autodestruição da humanidade.

4 | O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA

A partir do século XVI, com a ascensão da classe burguesa, entende-se por Estado a instituição fundamentada em prescrições sociais e jurídicas que tem o dever de regulamentar a vida em sociedade, sendo a forma máxima de organização humana, como ensina o jurista Norberto Bobbio (1999)

Sem dúvida alguma, é considerado o monopólio da força e do poder, tanto econômico e político quanto ideológico e legal. Este último é fundamental para consecução de sua finalidade suprema: regimentar a vida em sociedade através das leis (“governo das leis”)

Bobbio defende, destarte, que é melhor o governo das leis ao governo dos homens, pois aquele é desprovido de paixões e se baseia na racionalidade, sem olvidar das leis naturais.

Não se pode perder de vista que o Estado, através de sua política, representa a luta de classes, mas estas não são blocos monolíticos, tendo conflitos internos que também devem ser mediados pelo Estado.

Em suma, o Estado capitalista tem como função primordial o controle da sociedade através de normas criadas pelos seus “braços”, denominados instituições.

Objetiva o controle social a partir da ideologia hegemônica, afinal, é o efeito psicológico que mantém a sociedade por intermédio de um processo de consciência social e de educação.

É fato notório que apenas com os arranjos institucionais do Estado é que foi possível a ascensão do sistema capitalista à hegemonia mundial. As obras de gestão do Estado, estruturas de assistência e serviços essenciais, além de financiamentos e juros são apenas alguns dos exemplos da união de desígnios entre ambos.

Assim, o Estado é mediador das relações sociais por excelência. Realiza mediações com a classe trabalhadora, com o auxílio das instituições (representações econômicas e políticas), tendo como fio condutor as determinações do capital.

Embora aparente ser um governo de todos, alegando representar a sociedade como um todo, incluindo as minorias sociais, o Estado segue a direção oposta ao limitar o poder contra hegemônico, ao precarizar o trabalho (aquele que ontologicamente produz riqueza e sem o qual o capital não sobrevive) ou ao manter as desigualdades sociais.

Com a “nobre causa” de salvar o sistema, a principal resposta encontrada pelas classes dominantes é a intervenção governamental. O que significa a “injeção” de dinheiro público para salvar o capital privado, ou seja, somas astronômicas que submetem a massa trabalhadora a esforços fiscais crescentes, em uma suposta igualitária divisão do custo.

Seria, em outras palavras, a nacionalização da bancarrota capitalista, apesar do defendido livre mercado, sendo que os contribuintes não obtêm nada com as grandes somas investidas em ativos capitalistas fracassados.

A principal estratégia é a transferência desses ativos para o controle do Estado a fim de que sejam revigorados, por intermédio de tributação, para serem posteriormente privatizados, no devido momento.

Isso gera dívidas públicas perenes, com altos custos e condições abusivas, que geram escravidão econômica, interferência política, apropriação de recursos e privatizações de patrimônio público, conforme ensina Maria Lúcia Fatorelli (2013).

O dinheiro público, oriundo da riqueza socialmente produzida através do trabalho humano, muitas vezes não segue seu destino devido, como a promoção de direitos fundamentais e a distribuição de riqueza. É destinado ao setor privado mediante parcerias público-privadas.

Estas realizam administração privada com o dinheiro público, haja vista a necessidade da dilatação do Estado na busca de eficiência, conforme os ditames da ideologia liberal.

O Estado dito eficiente, segundo Vicente de Paula Faleiros (1980), é supostamente neutro (quando árbitro), se utiliza da miséria e do terrorismo (anomalias) para estabilização do sistema, classifica seus nacionais de acordo com a renda (os desfavorecidos e os privilegiados), estabelece parâmetros mínimos, evita a universalização por meio de políticas sociais focalizadas e institucionaliza conflitos.

Este Estado mantém problemas crônicos e questões contraditórias, mantendo a desigualdade, visto que esta é o pressuposto fundamental do capitalismo.

A partir da desigualdade, é possível a orquestração do jogo capitalista, que privilegia os rentistas, e a destinação de recursos, frutos de juros e espoliações, para investimentos em áreas sensíveis do capital, como isenções fiscais.

O Estado tem papel essencial na defesa dos interesses capitalistas e na reprodução do sistema capitalista em escala ampliada. Afinal, quem salva o capitalismo de suas crises estruturais é o Estado.

Este realiza mediações constantemente, através de uma democracia minimamente participativa, para manutenção da hegemonia, limitando as políticas sociais (responsáveis pela distribuição da riqueza) e transformando tanto o homem em mercadoria, quanto a sociedade em mercado.

A sociedade é submetida à destruição causada pela simbiose entre o Estado e o capital, administrada por práticas corruptas e antidemocráticas.

Como afirma Mézaros (2003), o papel do Estado capitalista, no mundo parasitário das finanças, é fundamentalmente importante e potencialmente catastrófico, pois o Estado é o legitimador “democrático” da institucionalização da fraudulência.

Nunca foi possível ao certo definir onde terminava o capital e começava o Estado, ainda que ideologicamente houvesse a defesa de uma separação absoluta.

5 | A CULTURA DA VIOLÊNCIA

Nos últimos séculos da história da humanidade, houve um incremento do cenário da violência, das mais variadas formas, quer por conflitos étnicos ou religiosos, quer por terrorismo ou por narcotráfico. São vastas as possíveis formas de violência na atualidade, incluindo os jogos das forças político-econômicas.

Conforme destaca Ianni (2002, p. 10), a ideia é:

O Mercantilismo, o Colonialismo, o Imperialismo e o Globalismo podem ser vistos inclusive como processos histórico-sociais, ou geo-históricos, nos quais florescem e reflorescem as mais diversas formas e técnicas de violência. São formas e técnicas de violência que atingem indivíduos e coletividades, povos e nações, tribos e reinos. Essa é uma história de diásporas e de holocaustos das mais diversas proporções, envolvendo indivíduos e coletividades, em todas as partes do mundo.

Parece algo intrínseco à organização social moderna e à defesa da propriedade privada, desde o primeiro homem que cercou seu terreno e disse: “isto é meu”, como ensina Rousseau, até as mais sofisticadas técnicas de ampliação da capacidade produtiva e de concentração de capital.

A sociedade burguesa, por seu turno, busca justificar a realidade violenta e altamente competitiva, devido à acirrada concorrência entre grupos capitalistas para domínio do mercado, e a garantia da coesão social, por meio de um sistema repressivo e de dominação ideológica.

Para tanto, a estratégia é a promoção da alienação social e o incitamento ao individualismo e à rivalidade. O ser humano deixa de ser visto como companheiro ou semelhante para ser visto como concorrente.

A sobrevivência na sociedade capitalista depende, portanto, do aniquilamento do concorrente, através da violência, a qual se tornou, inclusive, um mercado em ascensão.

Milhões são gastos diariamente para financiamento do tráfico e da indústria armamentista, para lavagem de dinheiro em paraísos fiscais, para manutenção dos atos corruptos ou para promoção de guerras em busca de riquezas, sem que se considerem as consequências sociais e humanas.

A cultura da violência é mantida e propagada em virtude da forma pela qual o Estado se organiza, com sua ideologia burguesa, fervorosamente defendida pela grande mídia - “espaço privilegiado do sistema para aprisionar as pessoas na mais-valia ideológica” (SILVA, 2013).

No século atual, a violência pode ser justificada também pela globalização dos processos econômicos e pela mundialização das novas questões sociais (SANTOS, 2002), profundamente marcada pela desigualdade social em todas as dimensões (saúde, habitação, trabalho, educação, segurança, informação, conhecimento e participação política).

Deve se dar destaque ao fato que ela se tornou visivelmente espetacularizada pelas grandes mídias, com a dramatização dos fatos “de maneira a produzir o

extraordinário do mundo ordinário” (SANTOS, 2002).

O fato é que ela se deve à fragmentação social e à ode ao individualismo que dá origem à “multidão solitária” (IANNI, 1996) em um processo de massificação e de rompimento da consciência coletiva de integração social.

Além disso, na busca de estimular a competição, incute-se o medo do outro. Afinal de contas, o natural do homem não é a competição, mas a cooperação, pois aquela parte da lógica da exclusão, com o único objetivo de consolidação de um pequeno grupo no poder.

Nesse contexto, a violência é algo natural, fruto apenas da maldade humana, sem qualquer relação com a “política da competição”.

De braços dados com a política do medo, surge a lógica invertida de justiça, a partir do discurso ideológico midiático: já que a sociedade é refém de uma violência sem solução, deve fazer a justiça com as próprias mãos, em especial com relação aqueles que foram rotulados como delinquentes.

O “inimigo” povoa o imaginário humano e ganha formas pelos discursos hegemônicos, retirando qualquer resquício de humanidade dos indivíduos, na busca da “higienização social” daqueles que não compartilham da produção capitalista, quer por opção, quer por condicionantes econômicas ou políticas.

Comparando o capitalismo a uma imensa e complexa fábrica, Octavio Ianni revela que, por essa influência direta ou indireta nas condições de vida e nas perspectivas individuais e coletivas, enquanto os benefícios são compartilhados por poucos, os prejuízos o são por muitos (IANNI, 2004).

As artimanhas ideológicas perpetuadas pelos capitalistas encobrem as desigualdades e dão força para a propagação desse acontecimento que deveria ser excepcional: a violência, sempre com alegações racionais e humanitárias.

No desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pululam diversidades e desigualdades, além de formas de alienação e técnicas de dominação e repressão, não sem falsos discursos democráticos e de cidadania.

Destaca-se, ainda que com a potencialização do trabalho necessário, a fim de promover o consumo e a acumulação da riqueza, resta maior tempo disponível, visto que menos força humana é necessária para aumentar a produtividade.

Contudo, o tempo livre, que deveria ser socializado, é controlado e comercializado pelo capital, inclusive através da produção destrutiva, o que resulta no incremento da violência social.

Em termos práticos, portanto, a violência seria o reflexo das contradições sociais e da manifestação da luta de classes, a partir da natureza vil e desumanizante do capitalismo, mas também resistência à ordem imposta pelos poderes instituídos pelo Estado.

5.1 Violência escolar ou Bullying

Várias são as formas de violência perpetradas na atual sociedade, pelos motivos dantes analisados, abrangendo inúmeras esferas sociais. Dentre estas, destaca-se a escolar, também conhecida como Bullying.

Para muitos especialistas, é uma forma de assédio moral, caracterizado por condutas repetitivas e prolongadas de conteúdo ofensivo e/ou humilhante que tem como finalidade a exclusão de determinado indivíduo ou grupo de indivíduos do ambiente social.

Inicia-se, frequentemente, pela recusa de uma diferença e manifesta-se por comportamentos no limite da discriminação.

A conclusão sobre o fenômeno é unânime entre os especialistas (CALHAU, 2009, p. 76):

O fenômeno Bullying estimula a delinquência e induz a outras formas de violência explícita, produzindo, em larga escala, cidadãos estressados, deprimidos, com baixa autoestima, capacidade de autoaceitação e resistência à frustração, reduzida capacidade de autoafirmação e autoexpressão, além de propiciar o desenvolvimento de sintomatologias de estresse, de doenças psicossomáticas, de transtornos mentais e de psicopatias graves. Tem, como agravante, interferência drástica no processo de aprendizagem e de socialização, que estende suas consequências para o resto da vida, podendo chegar a um desfecho trágico.

É um assunto que vem tendo sua discussão ampliada ao longo dos anos em razão dos efeitos maléficos e destrutivos aos cidadãos em desenvolvimento de sua personalidade, mas poucas vezes se considera o violento contexto social.

O Bullying, como qualquer fenômeno social, está intrinsecamente relacionado à realidade dos indivíduos e a fatores particulares que agem em conjunto (NESELO, 2014). A violência sofrida nos mais variados âmbitos também se expressa no ambiente escolar.

É importante destacar a multiplicidade de fatores em que o indivíduo se insere, de modo que existe uma relação de causa e efeito entre a parte e o todo.

A valorização do individualismo, no sistema capitalista, é um campo favorável para o desenvolvimento do Bullying. A dificuldade em lidar com a diferença é a chave dos conflitos e das ações desrespeitosas.

Os danos podem ser ainda maiores e mais nefastos quando o Bullying é praticado na modalidade Cyberbullying ou Bullying digital, desenvolvido a partir da globalização e da popularização da internet (engrenagens do atual sistema capitalista), no início do século XXI.

Teoricamente, a partir do hodierno modelo de Estado Democrático de Direito, adotado por grande parte das nações, seria possível o desenvolvimento de uma sociedade livre e solidária, em que o povo é adequadamente representado e tem garantido seus direitos fundamentais.

Entretanto, como cediço, o Estado capitalista media relações a partir do capital e não do bem social, no intuito de manter o sistema e o poder.

Para o capitalismo, não há direito e sim mera pretensão de direito, sempre a depender da ordem jurídica estabelecida, a qual se molda aos interesses do capital. Este financia as instituições e a manutenção da estrutura socioeconômica e política, desde que gere lucro.

O próprio sistema escolar reproduz a estrutura capitalista, de hierarquia e desigualdade de poder. Visivelmente repressiva, está pautada na disciplina e na aprendizagem acrítica e alienadora.

A dinâmica da sala era sempre a mesma e envolvia correção, explicação, inquietação, resolução em grupos e, novamente, correção, e assim por diante, em um ciclo contínuo, que não favoreceu a criatividade e a reflexão diante dos conhecimentos, mas sim a repetição monótona de uma rotina desmotivadora (TORO, 2010, p. 130)

Isso porque é extremamente complexo e indesejável a construção de um sistema educacional com postura crítico reflexiva, diante do contexto sociocultural existente com relações rígidas e que desconsideram vínculos.

Conforme ensina May (1972), “quando o vínculo entre os seres humanos é destruído, significa que foram desfeitas e desorganizadas as possibilidades de comunicação, e entram em cena a agressão e a violência”, quer na sala de aula, quer na realidade social.

Ou seja, quando ausente uma postura ativa e questionadora, não há a construção de relações reveladoras e autênticas, dando margem a alternativas violentas e destrutivas.

É preciso uma análise radical da educação típica que impõe aos indivíduos um modelo de ser e agir, mantendo a sociedade administrada, e torna desnecessária a reflexão e a emancipação dos indivíduos.

A educação voltada à independência intelectual:

(...) embora amplamente reconhecida como discurso, é em sua face verdadeira um projeto subversivo, pois visa a desmascarar a cultura dominante teoricamente democrática que promove a heteronomia sob o rótulo de autonomia, limitando o pensamento e a experiência ao invés de promover sua ampliação (MARCUSE, 2001).

Como uma forma de violência, o Bullying é uma questão social a ser estudada no âmbito da educação a fim de se desenvolver alternativas viáveis para seu enfrentamento e solução.

Nesse sentido, não bastaria a criminalização da conduta ilícita, seria fundamental a discussão sobre o respeito à diferença, com uma postura crítica, em uma detida análise sobre o contexto social.

É essencial, sem dúvida, o fortalecimento de determinados valores da sociedade, como o repúdio ao preconceito e à discriminação, na busca da efetivação da dignidade humana.

Outra alternativa possível seria a realização de políticas sociais de prevenção e combate ao Bullying, mas não as mesmas políticas focalizadas de sempre que

não passam de gestão estatal da força de trabalho e manutenção da ordem social (FALEIROS, 1980).

Ao contrário, deve haver amplas políticas de saúde e de educação para minimizar ou erradicar os nefastos efeitos da violência escolar, haja vista as políticas sociais deverem ser a repartição da riqueza socialmente produzida.

Para tanto, precisa-se que o Estado seja efetivamente Democrático de Direito e legítima representação dos interesses da sociedade, não do capital.

Tal violência é apenas reflexo da sociedade engessada por uma ciência instrumentalizada que busca a adaptação das pessoas para a manutenção de uma ordem social desigual.

Essa ciência tipifica a violência e a trata como natural, na busca de controlá-la. No entanto, mascarada sob o rótulo da ciência, passa a exercer poder sobre o indivíduo e se torna incontrolável (ANTUNES, 2008).

O Bullying, portanto, tem origem na violência institucional, derivada da estruturação da sociedade de classes e do processo de exploração do homem pelo homem.

Resultado disso é a produção de sujeitos ideologicamente violentos, que consomem e reproduzem violência, tornando a escola terreno fértil para a propagação do Bullying.

6 | CONCLUSÃO

A violência é uma realidade arraigada ao contexto atual, com números cada vez mais expressivos, sendo que a origem do problema pode ser legada à organização social moderna e à defesa da propriedade privada.

Pilares do sistema de produção capitalista que precisaram ser reorganizados durante o período Moderno e depois mantidos por uma grande estrutura de poder político, econômico e ideológico.

Assim, para a consecução do capitalismo, desenvolvido pela classe burguesa ascendente, a criação do Estado de cunho liberal, a partir do contrato social, foi necessária.

O Estado tem como função primordial a regulação social, a partir de suas instituições e regulamentações normativas, e consequente manutenção do sistema.

Ele é, então, uma superestrutura mediadora que se move com base nos interesses do capital. Ambos estabelecem uma simbiose com o objetivo de “salvar o sistema”, garantindo a consecução dos interesses da classe hegemônica e mitigando os direitos fundamentais dos indivíduos que deveria proteger.

Ou seja, com discurso humanista, de liberdade e igualdade (meramente formal) para todos, o sistema, financiado e perpetuado pelo Estado capitalista, esconde seus conflitos e contradições inerentes, transformando o homem em mercadoria.

A partir da lógica competitiva e concorrencial, o capitalismo estimula a violência

entre os indivíduos enquanto realiza o desenvolvimento produtivo alienante e opressor.

Fator importante para o fomento do individualismo e da rivalidade é a alienação social promovida e propagada pelos órgãos de circulação em massa, estabelecidos na ideologia burguesa e em sua lógica de exclusão.

Com a política do medo e da exterminação do inimigo, justifica o injustificável: a violência, a partir de um sistema repressivo e assentado na dominação ideológica para manutenção de um pequeno grupo no poder.

Sem dúvida alguma, a violência é fruto das desigualdades sociais, dos problemas sociais oriundos da organização social capitalista, de modo que apenas a mudança da ordem social, com reformas nas bases materiais concretas, seria a resposta para esse problema.

No tocante ao Bullying, é importante identificá-lo como mais uma forma de violência, elemento social significativo na realidade contemporânea, decorrente de relações de expropriação de poder, de repressão e de ruptura do diálogo.

As alternativas possíveis em relação ao fenômeno devem estar lastreadas em princípios como a tolerância e o respeito, além da busca do desenvolvimento interpessoal.

Necessário se faz que para o estudo da violência escolar seja realizada uma análise dialética, entre o indivíduo e a sociedade, visto que a barbárie é a condição de existência da própria sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. (2003). **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (Original publicado em 1971).

ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia e Sociedade**. n. 20, p. 33-42, São Carlos. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3093/309326454004/>. Acesso em: 10/07/2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1980. p. 44.

FATORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria cidadã da dívida: experiências e métodos**. Brasília: Inove Editora, 2013.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara. n.12, p-7-28, 2002.

_____. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARCUSE, Herbert. Comentários para uma redefinição da cultura. In H. Marcuse. **Cultura e psicanálise**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001. (Original publicado em 1965).

MAY, Rollo. **Poder e inocência**: uma análise das fontes de violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MÉSZAROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. 1ª Ed., São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares. Microfísica da violência: uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, p.22-24, Set. 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000100017&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 jul. 2017.

SILVA, Ludovico. **Mais-valia ideológica**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

TORO, Giovana Vidotto Roman; NEVES, Anamaria Silva; REZENDE, Paula Cristina Medeiros. Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. **Psicologia: Teoria e Prática**. p. 123-137. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1938/193814418011/>. Acesso em: 10/07/2017.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-75-8



9 788585 107758